
LIVRO DIDÁTICO: um material escolar do aluno no estudo da Aritmética? O contexto do curso primário paulista (início do séc. XX)

Marcus Aldenisson de Oliveira¹

RESUMO

Interessou saber: que categorização recebeu o material escolar destinado para o uso individual do aluno no estudo da Aritmética do ensino primário paulista? De início, fiz um levantamento de estudos teóricos a fim de saber o que caracteriza um livro didático. A partir do repositório, montei um *corpus* de documentos sobre o tema, a exemplo de pareceres de duas comissões de livros e materiais didáticos adotados pelo Estado de São Paulo. Em seguida, cruzei as informações obtidas nos pareceres com alguns livros/obras/materiais destinados para o uso do aluno no estudo da Aritmética. O resultado desse exercício reflexivo mostrou que os materiais escolares são objetos de consumo cultural. O texto revelou ainda que nem sempre o livro didático foi destinado para uso do aluno, pelo menos no estudo da Aritmética do curso primário paulista no período analisado.

Palavras-chave: Aritmética. Curso primário. Material escolar.

INTRODUÇÃO

De que tratam os livros didáticos de Aritmética do ensino primário? A resposta mais óbvia seria: tratam dos saberes aritméticos ensináveis na escola primária. Essa talvez seja a resposta dada pelo senso comum que não precisa fazer pesquisa para responder uma questão como essa. Mas, do ponto de vista histórico, uma investigação científica oferece outras respostas. Para isso, antes de analisar os saberes aritméticos num dado livro nomeadamente chamado de didático, cumpre-se interrogar: o que caracteriza um livro didático? Para quem ele é destinado? Na verdade, estas são algumas inquietações particulares no curso de desenvolvimento da minha pesquisa de doutoramento². Afinal, é preciso saber que material se pretende analisar, antes mesmo de examinar seu conteúdo.

Na tentativa de melhor caracterizar o que eu estava querendo denominar de livro didático, realizei um levantamento de estudos teóricos que tratam sobre o tema. Nesses

¹ Doutorando pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), campus Guarulhos. E-mail: marcus_aldenisson@hotmail.com

² A investigação tem por tema a constituição da Aritmética escolar do ensino primário a partir da pedagogia moderna. Atualmente, a pesquisa está sendo desenvolvida por meio de um estágio na França inserida no projeto de cooperação (CAPES/COFECUB) entre os dois países (Brasil/França).

estudos encontrei uma concepção de livro didático que, *grosso modo*, já está quase naturalizada. A minha intenção era saber se de fato eu poderia aceitar e adotar o entendimento de livro didático já constituída na e pela historiografia nacional. Para isso, recorri a documentos de uma dada época e os analisei. A meu sentir, foi a partir desse momento que entrou em cena o “exercício-chave” de uma pesquisa histórica: *desnaturalizar os fatos históricos* a partir da relação entre *textos e contextos*³.

A seleção das fontes para compor esta comunicação obedeceu a alguns critérios: a) estivessem disponíveis no repositório de conteúdo digital da UFSC⁴; b) tratassem diretamente sobre a adoção dos materiais escolares; c) fossem, tais materiais, destinados para o uso individual do aluno no estudo da Aritmética do ensino primário; d) tivessem reedições confirmando uma aceitação mais larga; e) compreendessem o período estabelecido entre 1879 e 1930⁵. Diante do *corpus* documental selecionado, a escrita foi orientada pela seguinte problemática: que categorização recebeu o material escolar destinado para o uso individual do aluno no estudo da Aritmética do ensino primário paulista?

A estruturação deste texto indica o caminho percorrido. De início, fiz um levantamento de estudos teóricos nacionais a fim de saber que concepção teve o livro didático⁶. Em seguida, selecionei no repositório documentos que tratassem diretamente do tema em questão. Mais precisamente, analisei alguns pareceres de duas comissões de livros e materiais didáticos adotados pelo Estado de São Paulo. Após a análise realizada, cruzei as informações obtidas nos pareceres com alguns livros/obras/materiais destinados para o uso individual do aluno no estudo de Aritmética. O resultado desse exercício reflexivo mereceu algumas palavras finais, mas muito longe de serem conclusivas.

³ Uma boa reflexão sobre a desnaturalização dos fatos históricos pode ser lida no dossiê “A historiografia em época de crise (1750-1850)”, publicado na revista *História da historiografia*, n. 4, mar., 2010.

⁴ Cabe ressaltar que na leitura de todos os Anuários do Ensino de São Paulo disponíveis no repositório, viu-se a necessidade de consultar o texto completo de cada anuário, acessível no site do Arquivo Público do Estado de SP, <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/bibliograficos_periodicos>. Dado a isso, os trechos mencionados dos anuários de 1907-1908 e 1918, foram extraídos da versão completa.

⁵ Esse corte temporal é o mesmo estabelecido na pesquisa de doutoramento. A justificativa é a seguinte: 1879 é colocado como ponto de partida por ter sido ano da primeira normatização do ensino intuitivo nas escolas primárias (Decreto n. 7.247 de 19 de abril de 1879); o limite temporal é o ano de 1930 porque a historiográfica da educação brasileira considera a década de 30 dos Novecentos como um período no qual os ideais da Escola Nova sobrepujaram, *grosso modo*, a pedagogia em uso até então.

⁶ Para não deixar o estudo da arte exaustivo utilizei apenas três artigos de dois autores que trataram do tema livro didático. Os dados quantitativos mostram que não faltam elementos para realizar uma exaustiva revisão da literatura sobre o tema. Durante uma década, 2001 a 2011, no Brasil, as investigações sobre o livro didático aproximaram-se de 800 trabalhos (MUNAKATA, 2012b).

O exercício que tentei fazer aqui teve influência direta de uma metáfora indicada e utilizada por Carlo Ginzburg. Para esse historiador italiano, “[...], devemos aprender a olhar o presente à distância, como se o víssemos através de uma luneta invertida” (GINZBURG, 2014, p. 8). Busquei olhar à distância a categorização do material escolar para o uso individual do aluno no estudo da Aritmética, levando em conta alguns textos dos contextos do curso primário paulista no início do século XX.

ESTUDOS TEÓRICOS BRASILEIROS SOBRE O LIVRO DIDÁTICO

Neste tópico objetiva-se saber a concepção de livro didático construída por estudos teóricos brasileiros.

Nas palavras de Marisa Lajolo (1996), um livro didático é aquele que:

[...] vai ser utilizado em aulas e cursos, que provavelmente foi escrito, editado, vendido e comprado, tendo em vista essa utilização escolar e sistemática. [...] o livro didático é instrumento específico e importantíssimo de ensino e de aprendizagem formal. Muito embora não seja o único material de que professores e alunos vão valer-se no processo de ensino e aprendizagem, ele pode ser decisivo para a qualidade do aprendizado resultante das atividades escolares. [...] Assim, para ser considerado didático, um livro precisa ser usado, de forma sistemática, no ensino-aprendizagem de um determinado objeto do conhecimento humano, geralmente já consolidado como disciplina escolar.

(LAJOLO, 1996, p. 4)

Mais adiante, a autora conclui:

Por tais razões, o livro didático, dirige-se, simultaneamente, a dois leitores: o professor e o aluno. Esta dupla destinação manifesta-se, por exemplo, no fato corrente de que certos exemplares do livro didático são chamados de *livro do professor*.

(LAJOLO, 1996, p. 5, grifos da autora)

Dezesseis anos depois do artigo de Marisa Lajolo foram publicados simultaneamente outros dois, agora com autoria de Kazumi Munakata (2012a, 2012b). Em um deles, o autor fez a seguinte ponderação: “Não se pode abstrair do livro – e do livro didático – a determinação de que ele é, antes de tudo, produzido para o mercado”. Em seguida, veio a revelação de tal mercado: “O livro didático, então, é uma mercadoria

destinada a um mercado específico: a escola” (MUNAKATA, 2012a, p. 184-185). No outro artigo, o autor vai especificar melhor o destinatário desse material escolar. A partir de um diálogo com outro estudo, Munakata (2012b, p. 58) disse que a emergência do que se poderia considerar como livro didático ocorreu com o surgimento de um novo público leitor – os universitários. Após essa constatação, o próprio autor sinalizou: “não cabe aqui discutir detidamente a definição do livro didático, bastando que se enuncie simplesmente que é o livro produzido para fins educacionais, visando principalmente ao público escolar” (MUNAKATA, 2012b, p. 58).

Sem deixar a análise exaustiva, vale destacar que direta e/ou indiretamente Lajolo (1996) e Munakata (2012a, 2012b) consideraram o livro didático como um material escolar dirigido ao professor e ao aluno. Tomei essa indicação como hipótese de trabalho, a qual impulsionou a escrita desta comunicação. Afinal, no estudo da Aritmética, o livro didático foi, de fato, destinado para o aluno?

CATEGORIZAÇÃO DO MATERIAL ESCOLAR PARA O USO DO ALUNO NO ESTUDO DA ARITMÉTICA: curso primário de São Paulo, um caso particular?

O título anuncia o objetivo para este tópico: compreender a categorização de livros e/ou materiais escolares adotados e endereçados para o uso do aluno no estudo da Aritmética.

No Anuário do Ensino de São Paulo de 1907-1908, tem-se que na Exposição Nacional, realizada em junho de 1908 no Rio de Janeiro, a seção pedagógica foi reservada para reunir, ordenar, selecionar e expor os materiais utilizados e produzidos no seio escolar. A participação do Estado de São Paulo nessa seção ocorreu a partir de 3 grupos: 1º) Fotografias e plantas; 2º) Material escolar; 3º) Trabalhos dos alunos. O grupo Material escolar fora subdividido em 3 seções: “1ª) *Móveis para o aluno*: carteiras singulares e duplas, quadro negro, escovas, ponteiros, armários; 2ª) *Utensílios*: lousas, lápis, esponjas, canetas; 3ª) *Objetos de ensino*: livros de leitura, compêndios, manuais, cadernos, mapas, contadores mecânicos, tabuleiros de areia, quadros de Parker” (ANUÁRIO..., 1907-1908, p. 51, grifos dos autores).

No mesmo anuário, no cabeçalho da página 383 tem-se o seguinte título: “Livros Didáticos”. Na análise detalhada do conteúdo, uma coisa é certa: nas tentativas de

uniformização do ensino público paulista a adoção de livros didáticos tornava-se assunto importante. Para levar a cabo essa importância, em 27 de fevereiro de 1908, a comissão composta por Carlos Alberto Gomes Cardim, Theodoro Rodrigues de Moraes e Miguel Carneiro Junior apresentou um parecer sobre a lista de livros adotados⁷. Tal parecer foi endereçado ao então Secretário do Interior Gustavo de Oliveira Godoy. O texto começa dizendo: “os trabalhos sujeitos ao exame da comissão podem ser discriminados em dois grupos: a) Livros didáticos; b) Mapas, cadernos e materiais de ensino” (ANUÁRIO..., 1907-1908, p. 383). Ambos os grupos foram ainda subdivididos por seções. No grupo categorizado como livros didáticos, havia duas seções: “1ª) Livros de leitura; 2ª) Compêndios e manuais que podem servir de guia aos professores no ensino das diversas disciplinas do programa” (ANUÁRIO..., 1907-1908, p. 383).

Antes de continuar com a análise do parecer da comissão é oportuno anunciar uma constatação. Para participar da Exposição Nacional, na seção pedagógica, o Estado de São Paulo categorizou de “*Objetos de ensino*” os livros de leitura, compêndios, manuais, cadernos, mapas, contadores mecânicos, tabuleiros de areia e quadros de Parker. No trabalho da comissão de 1908 a categoria de “livros didáticos” foi constituída pelos livros de leitura, compêndios e manuais que podem servir de guia aos professores. E o que isso quer dizer? Duas novas constatações, considerando o contexto escolar paulista: 1ª) como objetos de ensino foram categorizados os livros e os materiais didáticos; 2ª) por livros didáticos a comissão entendeu os livros destinados aos alunos (**apenas** os livros de leitura) e aqueles que serviam de guia aos professores (compêndios e manuais). Compreendamos melhor estas duas ponderações, analisando o conteúdo registrado pela própria comissão na seção “Compêndios e manuais”. Lê-se:

Entende a comissão, reportando-se aliás aos judiciosos argumentos contidos em outro parecer semelhante, que apenas devem ser facultados para uso do aluno os livros de leitura.

O ensino das demais disciplinas – aritmética, geometria, história do Brasil, ciências físicas e naturais, etc. – será processado diretamente pelo mestre em explicações vasadas na máxima clareza e simplicidade, intuitivamente, por percepções sensíveis, concretas, sem o dispêndio de frases fora do alcance intelectual do aluno, tendo em vista – seja ela qual for – o desenvolvimento harmônico desse aparelho social de que a escola primária deve armar a criança – a linguagem.

⁷ O parecer elaborado por essa comissão foi publicado da página 383 até 393 no Anuário do Ensino de São Paulo de 1907-1908.

Os livros de ciência, como sejam fontes *indiretas*, *mediatas*, devem ser abolidas, ainda as mais simples, das aulas primárias, onde sua permanência, criando hábitos de rotina, é prejudicial sob todos os pontos de vista: apaga a individualidade do mestre; exaure e atrofia a inteligência do aluno. [...].

Ao espírito construtivo da educação moderna repugna-se o uso rotineiro do compêndio, que transforma a criança num receptáculo subserviente, tirando-lhe a natural espontaneidade. [...].

Assim julgando, a comissão organizou [...] uma lista de compêndios que possam oferecer aos professores, já convenientemente dosada, a matéria que deve constituir o objeto de suas lições, ou modelos dos métodos a seguir.

(ANUÁRIO..., 1907-1908, p. 385-387, grifos dos autores)

A citação é longa, mas também é reveladora. Além de confirmar que apenas os livros de leitura eram destinados para uso do aluno e os compêndios e manuais serviam de guia aos professores, fica também em evidência um dos objetivos da escola primária paulista com a propagação da educação moderna: excluir do cotidiano escolar o hábito da rotina. Se assim entendido, uma das etapas para alcance desse objetivo era retirar do aluno os compêndios e colocá-los apenas nas mãos do professor. Esse deslocamento foi configurado porque a criança/o aluno não poderia continuar sendo transformada “num receptáculo subserviente, tirando-lhe a natural espontaneidade”. Os compêndios, como livros de ciência, eram fontes *mediatas*. Tais livros serviam ao professor como guia para auxiliá-lo na construção das lições a serem ensinadas. As lições deveriam proporcionar um ensino amparado por percepções sensíveis das coisas concretas. Assim sendo, o ensino não seria *mediato*, mas *imediato*. Para melhor compreender essa sutil distinção no ensino vulgarizado pela educação moderna, cumpre recorrer a mais uma citação colocada nas seguintes palavras: “o conhecimento *imediato*, que o aluno adquire vendo as coisas e pensando por si mesmo, sobrepuja em resultados prontos e duradouros o conhecimento *mediato*, que instrui, mas não educa”. (ANUÁRIO..., 1907-1908, p. 386, grifos dos autores).

Com o intuito de retirar da educação a instrução, a comissão apresentou sobre o título “Compêndios e manuais” uma lista de livros que serviriam de guia aos professores no ensino de Aritmética, tais foram os livros: “Aritmética escolar (livro do mestre), de Ramon Roca Dordal; Cálculo mental, de Brasilicus; Cálculo Aritmético, de Alfredo Soares; Compêndio de Aritmética Elementar, de D. M.; Soluções e respostas de Aritmética e sistema métrico, de U. Auvert” (ANUÁRIO..., 1907-1908, p. 392).

Já sabemos, pelas linhas acima, que para a comissão de 1908 os livros destinados para o estudo da leitura foram categorizados de livros didáticos. Entretanto, houve uma classificação de tais livros. Os primeiros aprendizados da leitura eram adquiridos nos livros nomeadamente classificados como *Cartilhas*. Saibamos disso examinando os dados empíricos. Para o uso do aluno no estudo da leitura, no primeiro ano nos Grupos Escolares e Escolas Isoladas, foram indicados: Cartilha das mães, de Arnaldo Barreto; Cartilha Moderna, de Ramon Roca Dordal; Cartilha do lar, de João Pinto e Silva; Cartilha maternal, de João de Deus; Cartilha infantil, de Arthur Thiré, dentre outros (ANUÁRIO..., 1907-1908, p. 391). Na lista anexa ao parecer da comissão sobre os livros destinados para o segundo, terceiro e quarto anos escolares a rubrica *Cartilha* desapareceu do título de cada livro didático adotado.

Para continuar com a análise é válido lembrarmos da separação estabelecida pela própria comissão, dividindo o trabalho em dois grupos: a) Livros didáticos; b) Mapas, cadernos e materiais de ensino. O material impresso destinado para o uso individual do aluno no estudo de Aritmética foi nomeadamente classificado como *Caderno*. Essa evidência pode ser vista e lida na lista elaborada pela comissão para o grupo (b), quando para o estudo da Aritmética foram indicados: a Aritmética escolar (coleção de seis cadernos), de Ramon Roca Dordal; Coleção de cadernos, da Escola América; Coleção de cadernos, de Arnaldo Barreto. Além dos cadernos, os saberes aritméticos seriam estudados de modo coletivo a partir de mapas: Mapa do sistema métrico, de Jablonski; mapa do sistema métrico, de Galhardo; mapas de Aritmética, de Parker (ANUÁRIO..., 1907-1908, p. 393). Novamente a pergunta: E o que isso quer dizer? Uma importante coisa: a comissão composta por Carlos Alberto Gomes Cardim, Theodoro Rodrigues de Moraes e Miguel Carneiro Junior julgou e categorizou o material escolar para uso individual do aluno no estudo de Aritmética, nos Grupos Escolares e nas Escolas Isoladas de São Paulo, não como livro didático, mas como *Caderno*.

Quase dez anos depois, os dados empíricos revelam que essa categorização continuou. Uma nova comissão avaliadora de livros e materiais didáticos⁸ apresentou, em 12 de janeiro de 1918, um relatório ao então Secretário do Interior do Estado Oscar Rodrigues Alves. Tal comissão foi composta por Antonio de Sampaio Doria (relator),

⁸ Não foi possível saber se existiu outras comissões avaliadoras de livros e materiais escolares nesse intervalo de quase uma década. Só tive acesso aos documentos dessas duas comissões (a de 1908 e a de 1918).

Americo de Moura e Plínio Barreto⁹. Ao iniciar a análise desse relatório surgiu uma revelação: as expressões “obras didáticas” e “livros didáticos” foram tomadas como sinônimas. Pode até parecer insignificante essa informação, mas só parece. A título de exemplo, sabe-se que o mapa de Parker¹⁰ é um produto, uma invenção, enfim, uma obra, mas nem por isso é um livro¹¹.

Do mesmo modo que a comissão de 1908, essa nova comissão dividiu as atividades em dois grupos: I – Livros didáticos; II – Cadernos, mapas e materiais de ensino. Estabeleceram-se ainda três critérios que dariam um padrão ao livro e ao material didático: 1º) a linguagem; 2º) a propriedade do assunto; 3º) a didaticidade ou método de desenvolvimento dos assuntos. O que deveria ser analisado em cada um desses critérios? Para a linguagem a atenção maior era voltada para a correção gramatical sem deixar de lado a linguagem destinada à infância. Lê-se assim:

Conjuntamente com a correção gramatical e a clareza de expressão, a linguagem didática necessita de certos primores e beleza. Deve ser natural e simples, sóbria e elegante. [...]. A simplicidade, a sobriedade e a elegância são o mínimo de atributos de arte, exigíveis em linguagem didática.

Bem se vê do que precede, precisar o autor didático de ser mestre na palavra e mestre na ciência da criança.

(ANUÁRIO..., 1918, p. 143)

Em relação ao segundo critério, a propriedade do assunto, a apreciação se deteve na influência moralizadora do assunto ensinada no grau evolutivo da cultura da criança. É pois, disse a comissão, “desta concordância [que] começa a nascer o interesse que prende suavemente a atenção do leitor” (ANUÁRIO..., 1918, p. 144). O terceiro e último critério, a didaticidade ou método de desenvolvimento dos assuntos, contemplava os outros dois porém ia mais além. Em resumo: “didaticidade é tudo em um livro didático. [...]. Além da linguagem e da conveniência física e moral do assunto, didaticidade é ainda muito: é o primeiro encadeamento do assunto à inteligência da sua construção íntima, o método de exposição” (ANUÁRIO..., 1918, p. 174).

⁹ Essa comissão emitiu no total seis pareceres os quais foram publicados da página 142 até 185 do Anuário do Ensino de São Paulo de 1918.

¹⁰ Vede a tese de Mariliza Simonete Portela sobre os Mapas de Parker. Acessível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/128465>>.

¹¹ Para saber quais elementos caracterizam um livro, lê-se Roger Chartier (2010). Nesse estudo o autor busca responder a seguinte questão: “o que é um livro?”.

Os livros e os materiais para serem didáticos deveriam atender a três critérios: a linguagem; a propriedade do assunto; e o método de exposição do assunto, chamado de didaticidade. Composta por três professores e estabelecidos os três critérios, houve uma divisão dos trabalhos da comissão de 1918: Plínio Barreto ficou encarregado de examinar o conjunto de livros e materiais do ponto de vista da linguagem; Americo de Moura analisou a didaticidade e Antonio de Sampaio Doria avaliou a propriedade do assunto.

Assim como fez a comissão de 1908, essa nova comissão também categorizou de livros didáticos aqueles destinados para uso do aluno no estudo da leitura. E mais ainda, essa categorização dos livros admitiu uma classificação da mesma forma que em 1908. No parecer de Americo de Moura, fica evidente que o primeiro aprendizado da leitura ocorreria nas *Cartilhas*, em seguida nos livros de leitura corrente e expressiva e depois nos livros de leitura suplementar. A própria estruturação do parecer mostra bem isso a partir da lista dos livros que Americo de Moura indicou para adoção¹².

Para o estudo de Aritmética a categorização atribuída pela comissão de 1918 foi a de material didático. Entretanto, a classificação desse material foi a mesma em relação à comissão de 1908: *Cadernos de Aritmética* e *Mapas de Parker*. Para averiguar essa informação é necessário recorrer a mais uma citação apresentada da seguinte forma;

Os demais livros e material didático com exceção dos QUADROS DE LINGUAGEM de M.B. Roca, dos MAPAS de Parker, dos CADERNOS DE ARITMÉTICA de R. Roca e do DESENHO PROFISSIONAL de Aprigio Gonzaga, os primeiros para cooperar com o ensino de aritmética nas escolas preliminares, e o terceiro para auxiliar o desenho nas escolas primárias profissionais, foram rejeitados. Uns, por não valerem nada; outros, por estarem acima da compreensão infantil, alguns por excessivos pecados didáticos, muitos por não terem aplicação, como todos os compêndios de aritmética, de geografia, de história, de geometria, de física, de história natural, cadernos de caligrafia, de cartografia, cartonagens, modelos de trabalhos manuais. Ao professor compete o ensino vivo destas matérias, sempre fiel à intuição como o seu princípio de atividade do educando, com a cooperação educadora e orientadora do mestre, com a marcha necessariamente analítica, e o contato das realidades que se pretendem ensinar às crianças, o contato das coisas em si, ou figuradas, com a inteligência dos estudantes. Numeroso material para o ensino destas matérias só serve para enfadear o professor e aborrecer os alunos.

(ANUÁRIO, 1918, p. 149-150, caixa alta do autor)

¹² O parecer completo de Americo de Moura pode ser visto e lido entre as páginas 176 e 185 do Anuário do Ensino de 1918.

Novamente uma citação longa, mas reveladora. Além de evidenciar que para o estudo de Aritmética os cadernos e mapas foram categorizados como materiais didáticos, outro dado importante pode ser extraído da citação acima: à época, as matérias das escolas primárias eram estudadas pelo ensino intuitivo (assim como em 1908) e de marcha analítica. O que isso quer dizer? Quer dizer que a partir da intuição de marcha analítica o ensino não deveria começar por demonstrações, por definições, por abstrações, mas pelo contato com as realidades, com as coisas em si ou ilustradas. Nas realidades não se tem conhecimento pronto. Sendo assim, por meio da intuição de marcha analítica o conhecimento não seria transmitido porque ele não estava pronto, mas seria adquirido por um processo de elaboração. Isso mesmo: na intuição de marcha analítica o conhecimento é elaborado e por isso adquirido, longe de ser transmitido. Este é o significado da intuição como o princípio de atividade do educando – uma atividade que elabora o conhecimento. Para não alongar essa reflexão basta considerar que a intuição só pode ser configurada por ações das faculdades inferiores e superiores de cada indivíduo. Tal configuração é válida para qualquer perspectiva: quer a intuição empírica¹³ (centrada nas faculdades inferiores que são dependentes dos dados sensíveis); quer a intuição racional¹⁴ (centrada nas faculdades superiores que não necessitam de dados sensíveis). Sob o ponto de vista pedagógico, a citação deixa claro que no ensino intuitivo o papel do professor é o de cooperador e orientador.

Há mais um dado que precisa ser extraído da citação acima. Trata-se da categorização dos livros. Aqueles destinados aos professores foram denominados de compêndios. Observe-se que ao mencionar os compêndios que foram rejeitados, a citação revela que o professor não poderia ficar preso apenas aos livros. A recusa dos compêndios não impediria o professor de desenvolver seu exercício, e na ausência deles o ensino das matérias deveria ser “vivo” – isto é, a partir das realidades concretas. Por entender que o compêndio era um livro didático destinado ao professor, Americo de Moura assim justificou o motivo de ter rejeitado a Aritmética Escolar (livro do mestre), de Ramon Roca Dordal, por não se destinar aos alunos (ANUÁRIO..., 1918, p. 162). Vale lembrar ainda de

¹³ Estou me referindo à perspectiva de intuição defendida por John Locke que pode ser lida no seu monumental livro *“Ensaio acerca do entendimento humano”*, edição brasileira de 1999.

¹⁴ Perspectiva de intuição defendida por René Descartes a qual pode ser lida em *“La voie des idées: de Descartes à Hume”*, com autoria de Pierre Guenancia, edição francesa de 2015.

uma coisa que já foi dita: a comissão de 1908 também classificou a Aritmética Escolar (livro do mestre), como sendo compêndio e indicado para o uso do professor.

A partir dos pareceres da comissão de 1918, não foi possível evidenciar a alusão de outra classificação do livro destinado ao professor a não ser compêndio. Entretanto, ao continuar com a leitura do anuário desse mesmo ano, o qual foi elaborado por Oscar Thompson (na época diretor geral da instrução pública), identifiquei outra classificação do livro para uso do mestre. Trata-se do manual. Na página 34 do anuário de 1918, fala-se de um assunto cujo cabeçalho é intitulado “Manual do Mestre Rural”. O fim desse manual era triplo: suprir a inexperiência no ensino, haja vista o professor da escola rural era recém-formado; melhor encaminhá-lo no exato cumprimento dos seus deveres; e para que o professor se adaptasse ao plano de alfabetização propagado na época. Que tipo de conteúdo continha esse manual? Saibamos: “nele, [no manual], em resumo, encontrará todos os decretos e deveres ao professor de escola isolada, todos os direitos e deveres dos professores, todas as indicações necessárias e o programa de ensino desenvolvido em lições, com explicações dos métodos e processos de ensino mais aconselhados para a zona rural” (ANUÁRIO..., 1918, p. 34). Sem alongar demasiadamente a análise, é possível verificar que o manual do mestre não continha somente “modelos de lições”, mas também direcionamentos morais, judiciais e pedagógicos para o professor exercer sua profissão.

Verifico, contudo, que esse tipo de manual do mestre ia além do caráter pedagógico da escola isolada, pois, naquele contexto, “o fim principal da escola isolada é ensinar a ler, escrever e contar, tendo, porém, sempre em vista os programas já aprovados” (ANUÁRIO..., 1918, p. 37). Entretanto, sob o ponto de vista pedagógico, esse manual objetivava adaptar o professor ao plano de alfabetização da época. No fundo, o manual almeja colocar o professor diante de um problema nacional contemplado no plano de alfabetização: “o problema nacional é um só. Consiste em aumentar a capacidade de rendimento de cada um dos nossos concidadãos. O aprender a ler, a escrever, a contar é sem dúvida muito útil e contribui para o referido acréscimo” (ANUÁRIO..., 1918, p. 107).

Diante do que foi exposto até aqui uma coisa parece certa: não podemos categorizar *a priori* o livro didático como um material escolar destinado ao aluno. É preciso considerar a matéria de ensino da qual o livro trata. Viu-se claramente que no entender das comissões avaliadoras de livros e materiais de 1908 do Estado de São Paulo, na categoria de livros didáticos estavam os livros destinados aos alunos (**apenas** os livros

de leitura), bem como os compêndios e manuais que serviam de guia aos professores. A comissão de 1918 admitiu a mesma categorização, porém não foi possível evidenciar se essa comissão entendia o manual do mestre como um livro didático. Contudo, para o estudo da Aritmética nas escolas primárias paulistas, a categorização dada por ambas as comissões foi a de material didático. Ainda assim, tal material foi classificado nas rubricas *Cadernos* (para uso individual do aluno) e *Mapas/Quadros de Parker* (para uso coletivo), além dos contadores mecânicos.

O que eu estou querendo dizer? Ora, se para o estudo da leitura os alunos tiveram nas suas mãos os livros didáticos, então seria aceitável dizer que para o estudo de Aritmética eles tiveram os cadernos didáticos. A aceitabilidade disso encontra sustentação nos próprios critérios estabelecidos pela comissão de 1918. Estabeleceu tal comissão que para serem considerados didáticos, os livros e os materiais deveriam atender a três critérios: 1º) a linguagem; 2º) a propriedade do assunto; 3º) o método de exposição do assunto, chamado de didaticidade. Se, por exemplo, os *Cadernos de Aritmética* de Ramon Roca Dordal foram adotados, logo tais cadernos eram didáticos. Sendo assim, os alunos das escolas primárias paulistas no estudo individual da Aritmética utilizaram os cadernos didáticos e não os livros didáticos.

Vamos equacionar algumas constatações anunciadas até aqui. Para o estudo da leitura os alunos tiveram os livros didáticos os quais foram classificados em três níveis: primeiro os livros chamados de cartilhas, depois os de leitura corrente e expressiva, e, em seguida, os de leitura suplementar. Já para a Aritmética a classificação do material didático destinado para o uso individual do aluno foi nomeadamente denominado de caderno. Sabendo disso, uma questão merece ser colocada: como surgiu tais classificações para os livros e materiais didáticos? Em se tratando da Aritmética, até o presente momento não foi possível identificar evidências que revelassem as influências dessa classificação de *Cadernos de Aritmética*. Situação diferente para as classificações dos livros didáticos de leitura que foram herdadas da didática dos Estados Unidos. Para saber mais sobre isso, o conhecimento do contexto escolar paulista é de fundamental importância.

Na Revista de Ensino de São Paulo, n. 2, ano III, publicada em junho 1904, na seção “Crítica sobre trabalhos escolares”, foi divulgada uma carta-parecer de João Köpke em relação ao 1º e 2º volumes da *Série livros de leitura* de Arnaldo Barreto e Romão Puiggari. No curso da apreciação de tais livros, João Köpke disse:

Vem aqui de feição lembrar-vos que, conforme melhor do que eu, o sabereis pelas inspirações da pedagogia americana, a grande mentora do progresso escolar de S. Paulo, a didática dos Estados Unidos, adotou a classificação de *spellers*, *readers* e *reading-books* para os livros, com que ali se inaugura e continua até complemento último a arte difícilíssima de leitura, [...]. Os *spellers*, posta de parte a acepção literal do termo, são as nossas *cartas-cartilhas* ou *silabários*; os *readers*, os livros de *leitura corrente*; e os *Reading-books* ou *supplementary-reading*, os volumes destinados antes à iniciação da literatura cosmopolita de que agilitação e progresso da *mecânica* da leitura.

(KÖPKE, 1904, p. 203, grifos do autor)

Se ainda não foi possível identificar evidências das influências que auxiliaram a classificar de caderno o material didático destinado para o uso do aluno no estudo de Aritmética, situação diferente tiveram as classificações dos livros didáticos para o estudo de leitura que foram herdadas dos Estados Unidos e apropriadas no contexto brasileiro.

De todo modo, como sabemos, as leituras bibliográficas nos oferecem informações. São essas informações que permitem construir as hipóteses, afinal ninguém começa a fazer uma pesquisa sem um prévio conhecimento sobre aquilo que se quer saber. E a pesquisa histórica, que anseia conhecer o passado de um ponto de vista científico, não foge à regra. Por assim entender, tomo como uma das hipóteses possíveis que a denominação de caderno para o material escolar destinado para o uso do aluno no estudo de Aritmética tenha sido uma influência do sistema escolar francês. São duas as razões que possibilitam a elaboração dessa hipótese:

1. Os Cadernos de Aritmética, de Ramon Roca Dordal tiveram sua primeira edição em 1891. De acordo com Bastos (2000, p. 80), “No Brasil, o século XIX pode ser considerado com[o] um século de francofonia por excelência, onde a nossa cultura [brasileira] absorveu tudo ou quase tudo o que se produzia na França”. Mais adiante a autora sentenciou: “Na área da educação, a influência francesa é extremamente significativa” (BASTOS, 2000, p. 81).
2. Em 27 de julho de 1882, Jules Ferry, no art. 13 do projeto de reforma pedagógica das escolas primárias públicas francesas, estabeleceu que cada aluno teria um Caderno Especial. Indicou-se ainda que o aluno utilizaria esse caderno para a reprodução escrita das lições dadas oralmente ou escritas no quadro negro pelo professor. Para Anne-Marie Chartier (2003), aos poucos os cadernos entraram nas

escolas primárias francesas e os mestres se colocavam a utilizar esse material no estudo das matérias do programa. E nesse contexto de inovação do material escolar, “em aritmética, os exercícios de cálculo (operações em linha ou em coluna) e a resolução de problemas encontram lugar na página progressivamente normalizada: sob o texto recopiado do problema, os alunos depositam suas operações e a formulação da solução” (CHARTIER, 2003, p. 99, tradução livre).

Diante dessas considerações, penso ainda que Ramon Roca Dordal buscou dar à rubrica caderno um novo estatuto: o aluno não precisaria recopiar as lições colocadas no quadro negro nem as que fossem ditadas, elas já estavam textualizadas no próprio material impresso cabendo-lhe “depositar suas operações e a formulação da solução”. A partir desse apontamento emergem elementos que permitem elaborar uma resposta para a pergunta: Qual é a diferença entre cadernos didáticos e livros didáticos? Elaborei uma resposta muito superficial, entendida por mim como provisória, ao comparar o Caderno de Aritmética de Ramon Roca Dordal com alguns livros chamados de didáticos de outros Estados brasileiros. Segue, no Quadro 1, o material que utilizei para realizar tal comparação.

Quadro 1 – Material escolar para o uso do aluno no estudo de Aritmética

Autor	Título da obra	Local de publicação	Ano e edição analisada
Ramon Roca Dordal	4º Caderno – Aritmética Escolar	Editores Miguel Melillo & Cia./ SP	1903, 4ª ed.
Arthur Thiré	Aritmética dos Principiantes	Livraria Francisco Alves/RJ	1914, 3ª ed.
Antonio Bandeira Trajano	Aritmética Primaria	Tipografia Martins de Araujo & C./RJ	19??, 79ª ed.
José Theodoro de Souza Lobo	Primeira Aritmética para Meninos	Livraria do Globo/Porto Alegre	1930, 39ª ed.

Fonte: Elaborado pelo autor do texto a partir do material disponíveis no Repositório.

São duas as diferenças mais nítidas entre o caderno, de Ramon Roca Dordal, e os livros didáticos de Aritmética: 1ª) no Caderno de Aritmética o aluno tinha grande espaço (entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ da página) para armar, depositar as operações e responder no próprio material cada exercício e problema logo após os seus respectivos enunciados; nos livros didáticos, o aluno teria que desenvolver as operações dos exercícios e dos problemas em outro material, pois o pouco de espaço que havia era para o aluno depositar somente a resposta de cada exercício e problema. 2ª) o Caderno de Aritmética não tem textualizados os

conteúdos a serem estudados, mas apenas as lições (divisão de decimais, sistema métrico, por exemplo). Diferentemente, os livros didáticos têm textualizados tanto os itens de conteúdos como as lições.

Uma coisa não deixa dúvida: a coleção de caderno, de Ramon Roca Dordal, impressa em 1891, mudou a relação entre o aluno e o uso do material didático destinado para o estudo da Aritmética. O aluno tinha a liberdade de escrever no papel (o exemplar analisado, e disponível no repositório, mostra as operações e as respostas colocadas a lápis). Novamente, a mesma pergunta: E o que isso quer dizer? Quer dizer que a coleção de Caderno de Aritmética, de Ramon Roca Dordal, foi um importante material didático no qual se tinha a textualização das lições possibilitando o aluno solucioná-las escrevendo no papel. Se assim entendida, então temos que tal coleção auxiliou não só na organização e constituição do saber escolar aritmético, mas também da escrita. Para este caso, a propagação do ensino intuitivo transformou não só a estruturação do material didático destinado para o uso do aluno, mas também as próprias práticas escolares. No Caderno de Aritmética, o aluno não só aprenderia o saber aritmético, mas também a escrever no papel.

PALAVRAS FINAIS, MAS NÃO CONCLUSIVAS...

Os materiais escolares são objetos de consumo cultural. Tanto o significado como o público alvo dos objetos culturais não devem ser admitidos *a priori*, mas elaborados e identificados olhando-os à distância, como sugeriu Ginzburg (2014). Não tive nenhuma pretensão de fechar uma ideia em relação à categorização dos objetos de ensino, como livros didáticos, cadernos e mapas, produzidos para o estudo das matérias na escola primária, em especial a Aritmética. Por fim, sem desejar finalizar a discussão sobre o tema, esta comunicação deve ser vista como um exercício reflexivo o qual mostrou que devemos analisar *um texto no seu contexto* de circulação, de recepção, de apropriação e de uso.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Maria Helena Câmara. Ferdinando Buisson no Brasil – Pistas, vestígios e sinais de suas ideias pedagógicas (1870-1900). **Revista História da Educação**. Pelotas, RS, n. 8, set., 2000, p. 79-109.

CHARTIER, Anne-Marie. Exercices écrits et cahiers d'élève: réflexions sur des pratiques de longue durée. **Le Télémaque**, Presses universitaires de Caen, n. 24, nov., 2003, p. 81-110.

CHARTIER, Roger. **¿La muerte del libro?** 1. ed. Santiago: LOM ediciones, 2010.

DORDAL, Ramon Roca. **4º Caderno – Aritmética Escolar**. 4. ed. São Paulo: Editores Miguel Melillo & Cia., 1903. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1808>>. Acessado em: 22 dez. 2015.

GINZBURG, Carlo. **Medo, reverência, terror:** Quatro ensaios de iconografia política. Trad. Federico Carotti, Joana Angélica d'Avila Melo, Júlio Castañon Guimarães. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LAJOLO, Marisa. Livro didático: um (quase) manual de usuário. **Revista Em Aberto**. Brasília, ano 16, n. 69, p. 2-9, jan./mar. 1996.

LOBO, José Theodoro de Souza. **Primeira Aritmética para meninos**. 39. ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/100100>>. Acessado em: 22 dez. 2015.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Revista brasileira de história da educação**. Campinas, SP, v. 12, n. 3 (30), set./dez., 2012a, p. 179-197.

_____. O livro didático como mercadoria. **Revista Pro-Posições**. Campinas, SP, v. 23, n. 3 (69), set./dez., 2012b, p. 51-66.

PARIS. Arrêté du 27 juillet 1882 réglant l'organisation pédagogique et le plan d'études des écoles primaires publiques. Jules FERRY. **Journal Officiel du 2 août 1882**.

SÃO PAULO. **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo**. Inspetoria Geral do Ensino. São Paulo: Tip. Augusto Siqueira & C., 1907-1908. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/96644>>. Acessado em: 22 dez. 2015.

SÃO PAULO. **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo**. Inspetoria Geral do Ensino. São Paulo: Tip. Augusto Siqueira & C., 1918. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/100246>>. Acessado em: 22 dez. 2015.

THIRÉ, Arthur. **Aritmética dos Principiantes**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1914. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/96572>>. Acessado em: 22 dez. 2015.

TRAJANO, Antônio Bandeira. **Aritmética Primária**. 79. ed. Rio de Janeiro: Tipografia Martins de Araujo & C., 19??. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/134101>>. Acessado em: 22 dez. 2015.